



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Departamento de Articulação Institucional e Comunicação

MINUTA

Nº do Processo: 020.00018222/2023-17

Interessado: Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Assunto: Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH 18.12.23

ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Data e horário: 07 de novembro de 2023, às 16 horas.

Local: Plataforma Teams, por videoconferência.

Conselheiros presentes:

Conselheiros pelo segmento Estado:

Samanta Souza e Cesar Louvison, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística;
José Police Neto, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
Sergio Luiz Damiaty, Secretaria da Educação;
Manoel Victor A. Neto, Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais;
Marcio da Silva Queiroz, Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
Augusto Olavo Leite, Subsecretaria Logística e Transportes;
Adriana Tedesco Telerman, Secretaria do Desenvolvimento Econômico;
Hideo Augusto Dendini, Secretaria do Governo e Relações Institucionais;
Adriano Costa, Secretaria da Casa Civil.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

Livia Alexandrina dos Santos, representando a prefeita Bárbara Medeiros Vilches, P.M. Presidente Venceslau;
Marcelo Pereira Manara, representando o prefeito Anderson Farias Ferreira, P.M. São José dos Campos;
Marcelo Padovan, P.M. Campos do Jordão;
Marcelo Otaviano dos Santos, P.M. Monte Azul Paulista;
Raquel Auxiliadora Chini, P.M. Praia Grande;
Daniel Balke, representando a prefeita Priscila Gambale, P.M. Ferraz de Vasconcelos;
Laerson Andia Júnior, representando o prefeito Rafael Piovezan, P.M. Santa Bárbara d'Oeste;

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:

Ester Feche Guimarães, AESABESP,
Amauri Pollachi, ONDAS;
Anícia Pio, FIESP;
Alexandre Vilella, CIESP;
André Elia Neto, ÚNICA;
Renato Traballi Veneziani, FAESP;
Fabio de Camargo Soldera, CANAOESTE;
Luís Filipe Rodrigues e Carlos Alberto Bachiega, ASSEMAE;
Priscila Bezerra, ABCON;
Carlos Eduardo Quaglia Giampá - ABAS;
Rui Brasil Assis, Rotary International;
Helífax Pinto de Souza, SINTAEMA;

Convidados com direito à voz

Alexandra Faccioli Martins, MP;
André Luís Sotero Salustiano, UNICAMP;
Gisele Novack Diana, PGE;
Antonio Cezar Leal, UNESP.

1. Abertura. César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CRH, cumprimentou a todos pela presença e passou a palavra para a Subsecretária de Infraestrutura, Samanta Souza, que enalteceu o elevado quórum obtido neste encontro telepresencial. Foi comunicado que a próxima reunião deste Conselho está prevista para o dia 18 de dezembro de 2023.

2. Apreciação da ata da reunião de 18/08/2023. A ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes, que dispensaram sua leitura.

3. Comunicações. Ricardo Mangabeira, diretor do Departamento de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, saudou a todos e comunicou que a Coordenadoria de Recursos Hídricos está desenvolvendo o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2024-2027. Foram realizadas diversas consultas públicas nos meses anteriores, contando com a participação do CORHI na sistematização das devolutivas obtidas. Segundo Ricardo, os próximos passos serão a finalização deste processo bem como a apresentação à ALESP de uma Minuta de Anteprojeto de Lei. Flavia Rodrigues, Diretora do Departamento de Articulação Institucional e Comunicação da CRHi, informou que, nesta semana, iniciaram as reuniões de reinstalação das Câmaras Técnicas do CRH. Ricardo Mangabeira, CRHi, foi eleito Coordenador da CTPLAN, tendo como relatora Raquel Eliana Metzner, P.M. Santa Bárbara d'Oeste. As demais reuniões ocorrerão durante as próximas semanas. A seguir, José Police Neto, Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, comunicou que a Agência de Desenvolvimento da região metropolitana de Sorocaba se candidatou para participar do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas - PPPP - oferecido pela FAPESP, no qual abordará o programa de segurança hídrica para os municípios que compõem a região metropolitana daquela localidade. A seguir, a Subsecretária divulgou que o corpo técnico da CRHi está em fase final de revisão do Manual Operacional do FEHIDRO, que logo será validado pelo COFEHIDRO. Os Conselheiros receberão, dentro de poucos dias, o material final para consultas e contribuições que julgarem pertinentes para o aperfeiçoamento do texto final deste novo MPO.

4. Apresentações:

4.1. Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB. Diogo Sarmento de Azevedo, integrante da equipe técnica do PESB na Coordenadoria de Saneamento, esclareceu que, neste momento, está sendo elaborada a minuta final do Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo, considerando as disposições legais previstas nas normas federais e estaduais que tratam deste assunto sem, contudo, descartar a relevância dos temas transversais. Foi comunicado que esta apresentação estará disponível para consultas e que haverá um *link* para se fazer o acompanhamento pormenorizado deste projeto. Ester Feche Guimarães, AESABESP, parabenizou a equipe pela inclusão do item relacionado aos eventos climáticos extremos. Ester indagou acerca da compatibilização dos cronogramas e das metas estabelecidas nos Planos de Bacia e nos Planos Municipais de Saneamento. Diogo disse que este assunto foi extensamente discutido dentro do grupo de acompanhamento técnico onde se verificou que os Planos de Bacia possuem diferenças quanto à sua profundidade, por este motivo não foi possível manter uma métrica específica para cada Bacia. Ester sugeriu que houvesse, futuramente, a compatibilização das metas estabelecidas no PERH e no PESB. Sobre esta sugestão, a Secretária Samanta Souza ressaltou que ambos os planos citados estão em fase de consulta pública e finalização, por isso este seria o momento adequado para se fazerem sugestões no texto final. Amauri Pollachi, ONDAS, fez considerações sobre o PESB e sua relação com o processo de desestatização da Sabesp. Diogo Azevedo comentou que, quando foi desenvolvido o termo de referência para a elaboração do PESB, foi levado em conta não apenas as informações que estavam em conformidade com as UGRHIs mas também um conjunto de dados referente as Unidades Regionais de Planejamento, abordando a questão das UGRHIs, das URAEs e dos Consórcios Intermunicipais, no que se diz respeito à gestão dos resíduos. Quanto à privatização da Sabesp, Diogo ressaltou que este assunto não foi abordado pelo PESB.

4.2. Programa Integra Tietê. Samanta Souza iniciou sua apresentação abordando tanto os aspectos históricos quanto as premissas adotadas até então. Dentre as etapas que já iniciaram ou que estão prestes a ser implementadas estão, por exemplo, o investimento de R\$ 500 milhões no programa Renasce Tietê; os R\$ 916 milhões alocados em ações de desassoreamento, além de R\$1,3 bilhão de reais destinados ao incremento do tratamento de esgoto na região metropolitana de São Paulo. De acordo com a Subsecretária, a revisão final deste projeto deverá ser apresentada agora em dezembro a todos os envolvidos. Ao final da apresentação, foi disponibilizado a todos um link para que os interessados possam ter acesso às informações relacionadas ao Programa Integra Tietê. Helifax, Sintaema, questionou se neste projeto contemplaria a recuperação da mata ciliar ao longo do trajeto do rio. Sobre isto, Samanta Souza respondeu que este ponto foi contemplado tanto neste projeto quanto no Renasce Tiete, coordenado pelo DAEE. Amauri Pollachi ressaltou a importância desta iniciativa, no entanto ponderou sobre as eventuais consequências das privatizações da Sabesp e Emae na gestão das águas do Estado.

4.3 Programa UniversalizaSP. Novamente a Subsecretária Samanta Souza fez uso da palavra e apresentou o Programa UniversalizaSP destacando alguns de seus objetivos, como o de alavancar os resultados referentes ao fornecimento de água à população, a minimização de perdas em sua distribuição, e o incremento da eficiência tanto

na coleta do esgoto quanto em seu tratamento nas unidades regionais não operadas pelas Sabesp. Samanta informou que o prazo para adesão ao UniversalizaSP findou no início de outubro com 109 pedidos de adesão. Estima-se que esta primeira fase do Projeto seja finalizada até meados de 2024. Helifax pontuou que dentre os municípios não operados pela Sabesp, boa parte possui baixa densidade populacional. Dessa forma foi questionado como o projeto espera lidar em locais com baixo índice de coleta e tratamento de esgoto, considerando sua viabilidade econômica. Samanta respondeu que a proposta foi direcionada para trabalhar regionalmente as soluções de saneamento nesses municípios de forma a trazer ganhos na escala de viabilidade sustentável. Marcelo Manara, representando a prefeitura de São José dos Campos, comentou sobre uma preocupação com os pequenos municípios, uma vez que a maioria possui redes antigas que demandam muitos investimentos. Samanta explicou que o regime será de gestão associada via URAE, com a possibilidade de implantação de Sub-URAEs, tal como é permitido pela norma legal em vigor. Desta maneira, segundo a Subsecretária, a composição via Sub-URAEs seria adotada segundo as necessidades daquela região, podendo ocorrer por meio de modelos estruturados, de concessão ou de PPPs sempre levando em conta a melhor viabilidade para atendimento das metas de universalização.

5. Deliberações.

5.1. Deliberação CRH no 278: "Aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período 2022 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, para o Estado de São Paulo" Ricardo Mangabeira apresentou a Deliberação destacando que este relatório vem sendo feito pelo Conselho desde a adesão do Estado de São Paulo em 2019. Posteriormente, Bruno Souza, representando a CRHi, detalhou o Programa e abriu espaço para indagação pelos presentes. Helifax comentou que, de acordo com os gráficos, houve disparidade na porcentagem em alguns Comitês. Bruno disse que a avaliação foi penalizada devido à não disponibilização da planilha por parte de alguns CBHs. César Louvison esclareceu que os impactos pontuais na planilha foram resultantes de substituição e/ou falecimento de alguns interlocutores. Rui Brasil parabenizou a equipe da Coordenadoria e enfatizou que haveria, evidentemente, uma fragilidade organizacional no sistema uma vez que não é razoável a dependência de um só membro do Comitê para seu pleno funcionamento. Por isso, Rui indagou se esta fragilidade já foi ou vem sendo superada. O segundo apontamento feito por Rui Brasil tratou sobre a pendência de regulamentação acerca da cobrança pelo uso da água no meio rural. Samanta Souza esclareceu que há um estudo para reforçar o papel das Secretarias Executivas dos Comitês e que serão discutidas, na próxima reunião do Conselho Estadual no dia 18 de dezembro, as questões levantadas tanto sobre a cobrança meio rural quanto sobre o ajuste nas outorgas. Em virtude de compromissos previamente agendados, a Subsecretária deixou a reunião, passando a condução dos trabalhos a César Louvison. Edilson de Paula Andrade, CBH-PS, pediu desculpas públicas pelo imprevisto que ocorreu naquele Comitê e explicou que o CBH-PS está empenhado no aprimoramento estrutural de sua Secretaria Executiva. Raquel Auxiliadora Chini, prefeita municipal de Praia Grande, demonstrou sua insatisfação com a nota recebida pelo CBH-BS uma vez que, em suas palavras, se houve problemas foi em virtude de questões alheias ao seu controle. André Elia Neto, UNICA, comentou que existem Comitês que utilizam de subterfúgios para fazer a cobrança rural de irrigação, inclusive adotando valores exorbitantes. André complementou sua participação ressaltando que a UNICA encaminhou ofício na gestão passada denunciando esta situação, mas não obtiveram uma devolutiva até então, por isso, foi solicitado um posicionamento deste Conselho sobre o assunto. Ao final, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.2. Deliberação CRH no 279: "Aprova a entrega e aprovação dos Planos de ação e programas de investimentos dos Planos de Recursos Hídricos das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos para o período 2024-2027". Ricardo Mangabeira iniciou sua apresentação destacando que esta Deliberação estendeu o prazo de entrega e aprovação dos Planos de Ação, dos Programas de Investimento (PAPI) bem como a Planilha Síntese para até 29 de março de 2024, em virtude de requisições feitas pelos Comitês à Coordenadoria. Hélio Cesar Suleiman, FABHAT, questionou se a planilha síntese seria disponibilizada aos Comitês. Ricardo disse que a planilha será distribuída nas próximas semanas. A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

6. Assuntos Gerais. Marcelo Manara abordou a questão do Jaguari. Segundo Manara, este reservatório está sob a administração provisória de FURNAS e ainda carece da expedição de sua licença para sua operação. Assim sendo, foi solicitado o encaminhamento desta questão ao Conselho para que se manifeste sobre isto, inclusive, definindo a quem caberia a gestão daquele reservatório quando findar a administração por FURNAS. Hélio Suleiman questionou se a Coordenadoria estaria ciente sobre o Projeto de Lei 2918 que tramita no Senado Federal e que, segundo Hélio, colocaria em risco todos os Programas da Agência Nacional de Águas. Antonio Cezar Leal, UNESP, questionou como está sendo tratado tanto no UniversalizaSP, quanto na privatização da Sabesp, os seguintes temas: a questão da proteção dos mananciais; o andamento de ações de restauração ecológica das APPs; a questão do pagamento pelos serviços ambientais e o monitoramento no uso elementos químicos. César Louvison informou que estes temas serão oportunamente inseridos em pautas futuras deste Conselho. A seguir, a Promotora do Ministério Público Estadual, Dra. Alexandra Faccioli, observou que os pontos levantados pelos Conselheiros também são objeto de preocupação por parte do MP. A seguir, a representante do Ministério Público informou que foi apresentado pela Sabesp, há poucos dias, um Plano de Contingência diante dos diversos episódios recentes de inundações em localidades como Franco da Rocha. Ao final de sua intervenção a Dra. Alexandra indagou da possibilidade de trazer na próxima reunião deste Conselho uma apresentação, por parte de algum representante da Sabesp ou do Estado de São Paulo, trazendo respostas acerca deste modelo de privatização que se pretende adotar e como estes temas acima mencionados, que são tão relevantes para a gestão dos recursos hídricos, vão ser efetivamente observados pela empresa vencedora. Rui Brasil Assis reforçou o comentário feito por Hélio Suleiman sobre o PL 2918 e sugeriu que fosse preparada uma Moção para que o CRH deliberasse sobre a matéria.

7. Encerramento. Antes de findar os trabalhos, o Coordenador Cesar Louvison agradeceu a presença dos conselheiros e dos demais convidados e deu por encerrada a reunião. Esta Ata é um resumo dos registros e das notas taquigráficas desta reunião Extraordinária



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Aparecido Martins Louvison, Coordenador**, em 20/12/2023, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0015362124** e o código CRC **C454E9E0**.
